

Ata de Reunião ordinária Conselho de fiscal 01/20206

REUNIÃO N.º01/2026
ASSUNTO: 1. Relatório de receitas e despesas de janeiro de 2026 e parecer da comissão de investimentos 2. Relatório de investimentos mês de janeiro 2026 e parecer da comissão de investimentos 3. Resultados do PCA 2025 (TCE-PR) 4. Apresentação do Parecer da folha de pagamento de janeiro e fevereiro e comparação com os meses de 2025 5. Assunto Jurídico referente a diligência do TCE e informe sobre a Lei 5.011/2025 6. Tratativa sobre o Fundo Care 11 7. Autorização do uso de dados do Capsirati para fins de estudo de conclusão da especialização em Gestão 8. Cálculo atuarial e discussão de possibilidades para o equilíbrio do Capsirati 9. Comunicação institucional e solução para telefonia (Linha fixa/móvel) 10. Capacitação, relatórios de presença e prazos para certificação dos conselheiros e equipe 11. Encerramento e disposições sobre documentos anexos
DATA 03 de março de 2026
HORÁRIO 13hs30 horas
LOCAL: CAPSIRATI
DOCUMENTOS ANALISADOS: relatório de receitas e despesas fornecidas pela contabilidade e pareceres, relatório de investimentos do mês de janeiro extraído do site da unoaap da Lema e pareceres, apresentações em Power point.
PAUTA apresentação e aprovações
PRESENTES NA REUNIÃO:

Comitê de investimentos: Fernando José dos Anjos, Rozenilda Romaniw Bárbara, Antonio Sidnei Martins

Gestores: Rozenilda Romaniw Bárbara, Antonio Valmor Ferreira

Conselho administrativo: Gerson Luís Grocholski, Gerson Vicente Domingues, Rozenilda Golinhak Paiva, Maria Rosangela Likes, Antonio Sidnei Martins, Cleide Aparecida da Cruz Andrade.

Conselho Fiscal: , Antonio Sporn Junior, Andreia Leonora Teixeira Likes,

Controle Interno: Márcio José Cardoso

Ausentes com justificativa: Márcio José Cardoso do controle interno e Averaldo Lejambre (férias) e Marcia Andriola (sem justificativa)

A reunião teve por objetivo:

1. RELATÓRIO DE RECEITAS E DESPESAS DE JANEIRO DE 2026

Apresentação do Relatório de Prestação de Contas aos Conselhos

Administrativo e Fiscal – 2026 A Presidência realizou a leitura e exposição do relatório de prestação de contas referente ao mês de janeiro de 2026. Foram apresentados os seguintes indicadores financeiros:

Receita Total: O Instituto arrecadou o montante de **R\$ 5.045.640,87** no mês de janeiro.

Composição da Receita: Destacaram-se os rendimentos de aplicações financeiras no valor de **R\$ 1.795.440,59** , seguidos pela contribuição patronal e de servidores ativos que somaram **R\$ 1.578.093,17** e contribuição de inativos no valor de **R\$ 140.464,53**.

Despesa com Folha de Pagamento: A despesa total liquidada com benefícios previdenciários no mês de janeiro foi de **R\$ 2.788.712,31**.

Detalhamento da Despesa: Deste total, **R\$ 2.442.517,12** foram destinados ao pagamento de aposentadorias e **R\$ 346.195,19** ao pagamento de pensões.

Resultado do Mês: A confrontação entre receita e despesa resultou em um superávit operacional de **R\$ 2.256.928,56** para o período.

Evolução de Inativos: Observou-se um crescimento de **18,03%** na receita de contribuição de inativos e pensionistas em comparação ao ano anterior.

Apresentação do Parecer Técnico do Comitê de Investimentos Nº 02/2026 Dando continuidade, foi apresentado o Parecer Técnico do Comitê de Investimentos nº 02/2026, com foco na análise da folha de pagamento do primeiro bimestre de 2026 e seus impactos atuariais:

Evolução da Folha de Janeiro: Registrou-se um aumento nominal de **R\$ 364.717,51** na folha de janeiro de 2026 em relação a janeiro de 2025, representando uma alta de **14,32%**. O fechamento da folha deste mês foi de **R\$ 2.911.729,20**.

Evolução da Folha de Fevereiro: A folha de fevereiro de 2026 atingiu **R\$ 2.954.711,24**, um aumento de **5,85%** (R\$ 163.366,02) comparado ao mesmo período do ano anterior.

Justificativa do Aumento: O Comitê informou que este novo patamar de gastos decorre da reposição salarial concedida (4,5% para servidores com paridade e 3,9% para sem paridade) e do fluxo de **12 novas aposentadorias** concedidas apenas neste primeiro bimestre.

Análise de Risco e Rentabilidade: O Comitê ressaltou que, embora o volume de novas aposentadorias acenda um alerta para a próxima avaliação atuarial, a solvência do CAPSIRATI permanece garantida pela rentabilidade da carteira, que rendeu **1,12%** em janeiro, superando a meta atuarial mensal estimada em **0,42%**.

Recomendação: Foi recomendada a vigilância contínua sobre a rentabilidade dos investimentos para suportar o crescimento acelerado do passivo previdenciário

2. RELATÓRIO DE INVESTIMENTOS DO MÊS DE JANEIRO DE 2026 E PARECER DA COMISSÃO

2.1 Análise de Desempenho e Meta Atuarial

Foi apresentado o relatório detalhado da carteira de investimentos do CAPSIRATI referente ao mês de janeiro de 2026, com os seguintes destaques:

Rentabilidade Mensal: A carteira apresentou um retorno positivo de **1,12%** no período.

Cumprimento da Meta: O resultado superou a meta atuarial estabelecida em **0,79%**, registrando um ganho real (gap) de **0,33 p.p.** acima do objetivo.

Patrimônio Total: O montante total dos recursos investidos encerrou o mês em **R\$ 163.113.190,60**.

Destaque de Ativos: O Fundo de Ações (Mauritsstad) apresentou a maior rentabilidade individual do mês, com retorno de **10,51%**, enquanto os fundos de Renda Fixa (CDI e índices de mercado) mantiveram estabilidade próxima a **1,20%**.

2.2 Aderência à Política de Investimentos e Gestão de Risco O Comitê de Investimentos, fundamentado na Portaria MTP nº 1.467/2022 e na Resolução CMN nº 5.272/2025, atestou a conformidade da carteira:

Perfil de Alocação: A carteira mantém um perfil conservador, com **98,89%** dos recursos aplicados em Renda Fixa.

Distribuição por Artigo: A alocação está distribuída principalmente em Títulos Públicos (**38,71%**) e Fundos de Renda Fixa (**58,78%** somando artigos 7º, III "a" e 7º, I "b").

Enquadramento Legal: Foi registrado um leve desenquadramento em FI Imobiliário (**0,28%**), porém a gestão ressaltou que a alocação geral segue rigorosamente os limites da Política de Investimentos 2026.

Indicadores de Risco: O risco da carteira, medido pelo VaR (Value at Risk), foi de apenas **0,19%**, indicando exposição controlada.

Liquidez: Foi reforçada a manutenção de alta liquidez (fundos D+0 e D+1), garantindo a disponibilidade imediata de recursos para o pagamento de benefícios previdenciários.

2.3 Conclusão do Parecer Técnico Nº 03/2026 O Comitê concluiu que o CAPSIRATI iniciou o ano de 2026 com desempenho positivo, batendo a meta atuarial e mantendo-se dentro dos limites legais de prudência e segurança financeira.

3. RESULTADOS DA AVALIAÇÃO PCA (TCE-PR) E INFORMATIVO CAPSIRATI

3.1 Apresentação do Informativo "Compromisso com o seu Amanhã"

Foi apresentado o informativo especial detalhando os resultados das avaliações oficiais do **Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR)** sobre a execução das políticas públicas previdenciárias do CAPSIRATI. O documento destaca a jornada de profissionalização e transparência do instituto entre os anos de 2022 e 2025.

3.2 Evolução das Notas de Desempenho (2022–2025) A Presidência expôs o crescimento consistente do índice de avaliação governamental, conforme dados atualizados em 01/03/2026 pelo TCE-PR:

Exercício 2022: Nota **3,32**, período marcado pelo início da reestruturação necessária em pilares de transparência e legislação.

Exercício 2023: Nota **8,65**, consolidando as bases técnicas e legais do instituto.

Exercício 2024: Nota **9,25**, atingindo o patamar de excelência na gestão.

Exercício 2025: Alcance do recorde histórico com nota **9,65**, posicionando o CAPSIRATI como referência estadual.

3.3 Pilares da Nota Máxima em 2025 Ressaltou-se que no ciclo de 2025 o CAPSIRATI atingiu a **nota máxima (10,00)** em áreas fundamentais para a saúde do fundo previdenciário:

Investimentos: Segurança e rentabilidade na aplicação dos recursos.

Legislação: Total conformidade com as normas vigentes.

Transparência: Processos auditáveis e abertos ao servidor.

Qualificação: Preparo técnico da equipe gestora para o planejamento previdenciário.

3.4 Conclusão sobre Governança A diretoria destacou que os índices em Previdência Complementar e Governança superaram a marca de **9,65**, demonstrando o equilíbrio administrativo alcançado. Os conselhos presentes parabenizaram a Diretoria Executiva, a Comissão de Investimentos e a Equipe Gestora pelo rigor técnico, que garante a segurança da aposentadoria dos segurados de Irati.

ANÁLISE COMPARATIVA DA FOLHA DE PAGAMENTO (2025-2026)

4.1 Apresentação do Parecer Técnico nº 02/2026 Foi apresentado o parecer técnico do Comitê de Investimentos que analisa o comportamento da folha de pagamento do primeiro bimestre de 2026 em comparação ao exercício anterior:

Comparativo de Janeiro: A folha de pagamento de janeiro de 2026 fechou em **R\$ 2.911.729,20**, representando um aumento nominal de **R\$ 364.717,51 (+14,32%)** em relação a janeiro de 2025.

Comparativo de Fevereiro: A folha de fevereiro de 2026 atingiu **R\$ 2.954.711,24**, um incremento de **R\$ 163.366,02 (+5,85%)** comparado ao mesmo período de 2025.

Fatores de Elevação: O Comitê identificou que o novo patamar de gastos deve-se à reposição salarial (4,5% para servidores com paridade e 3,9% para

sem paridade) e à concessão de **12 novas aposentadorias** no primeiro bimestre.

4.2 Impactos Atuariais e Sustentabilidade O relatório detalhou a relação entre o crescimento do passivo e a capacidade de custeio do Instituto:

Fluxo de Caixa: No mês de janeiro, apesar do aumento da folha, o Instituto manteve um superávit operacional, com Receita Total de **R\$ 5.045.640,87** frente a uma Despesa de Folha Liquidada de **R\$ 2.788.712,31**.

Desempenho da Carteira: A rentabilidade de janeiro foi de **1,12%**, superando a meta atuarial de **0,42%** (baseada na taxa de juros de 5,21% a.a. + IPCA).

Recomendações Técnicas: O Comitê alertou que o volume de novas aposentadorias é expressivo e deve ser monitorado frente às premissas de "Massa de Dados" do atuário para evitar o agravamento do déficit atuarial. Foi reforçada a necessidade de manter a rentabilidade acima da meta para suportar o crescimento acelerado do fluxo de pagamentos

ASSUNTO JURÍDICO: DILIGÊNCIA DO TCE E LEI Nº 5.011/2025

5.1 Relato sobre a Diligência do TCE-PR A Diretoria informou ao Conselho sobre o recebimento de apontamentos do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR) no bojo do Processo nº 557342/24. A diligência trata da necessidade de comprovação de adequações legislativas no regime previdenciário municipal.

5.2 Esclarecimentos sobre a Lei Municipal nº 5.011/2025 Em resposta ao órgão fiscalizador, foi apresentado o teor do Ofício nº 18/2026, que oficializa as medidas tomadas pelo Executivo e pelo CAPSIRATI:

Publicação da Norma: Foi informado ao TCE-PR que o Município de Irati publicou a **Lei nº 5.011 em 11 de julho de 2025**.

Objeto da Lei: A referida legislação dispõe sobre a adequação das alíquotas de contribuição previdenciária, conforme exigido pelas normas federais e orientações do Tribunal.

Comprovação de Vigência: O documento encaminhado ao Tribunal atesta que a lei está em pleno vigor, cumprindo o requisito legal para a regularidade do regime previdenciário.

5.3 Providências e Encaminhamentos O Instituto reiterou que toda a documentação comprobatória, incluindo o texto da lei e sua respectiva publicação em diário oficial, já foi anexada aos sistemas do TCE-PR para a baixa da diligência. O Conselho tomou ciência da conformidade jurídica e da tempestividade da resposta enviada ao órgão de controle.

6. AUTORIZAÇÃO PARA USO DE DADOS EM ESTUDO ACADÊMICO

6.1 Apresentação do Projeto de Especialização Foi submetido ao Conselho o pedido de autorização para o uso de dados técnicos e estatísticos do CAPSIRATI para fins de pesquisa acadêmica. O estudo faz parte do projeto de dissertação para a obtenção do título de Master em Direção e Gestão de Sistemas de Seguridade Social pela **OISS / Universidade de Alcalá de Henares**.

6.2 Escopo e Objetivos da Pesquisa A pesquisa, intitulada "*O Abono de Permanência e a Carreira Estendida como Ferramentas de Equilíbrio Atuarial*", visa analisar a propensão dos servidores de Irati à permanência na atividade mesmo após a elegibilidade para aposentadoria. Os principais pontos abordados são:

Análise de Sensibilidade: Simulação de cenários atuariais para determinar o equilíbrio entre o custo de incentivos e o ganho de capitalização para o fundo.

Impacto da Lei nº 5.011/2022: Avaliação do histórico de arrecadação anual e do déficit atuarial, atualmente estimado em R\$ 430.151.908,00 (Avaliação 2025).

Metodologia: O estudo utilizará dados do censo previdenciário e aplicação de questionários estruturados com servidores ativos.

6.3 Deliberação do Conselho A Diretoria e os Conselheiros discutiram a relevância do estudo, destacando que os resultados esperados, como a **Matriz de Impacto Atuarial** e a validação de mecanismos de retenção de talentos, podem subsidiar futuras políticas públicas e minutas de leis municipais para o fortalecimento do RPPS.

Decisão: O Conselho autorizou, por unanimidade, o acesso e o uso dos dados institucionais para a referida finalidade acadêmica, ressaltando que o tratamento das informações deverá observar os preceitos éticos e de sigilo, servindo exclusivamente para o aprimoramento da gestão previdenciária de Irati.

7. CÁLCULO ATUARIAL E ESTRATÉGIAS PARA O EQUILÍBRIO SUSTENTÁVEL

7.1 Conceitos de Cálculo Atuarial e Perfil da Massa Foi apresentada uma análise detalhada da demografia do CAPSIRATI, que é a base para o cálculo atuarial. O estudo revelou pontos críticos que impactam diretamente a solvência do fundo:

Perfil dos Aposentados: Observou-se um predomínio feminino (77,7%), com um bloco significativo de aposentados em idades consideradas jovens (56 a 65 anos). Para a previdência, isso representa um compromisso de pagamento por um longo período devido à alta longevidade.

Estrutura da Massa Ativa: A maioria dos servidores ativos (773 pessoas) está na faixa entre 36 e 55 anos, indicando que o sistema enfrentará uma migração em massa para a inatividade nos próximos 10 a 20 anos.

Base Estreita de Renovação: Apenas 3,49% dos servidores ativos têm até 25 anos, o que demonstra baixa entrada de novos contribuintes para sustentar o sistema de repartição.

7.2 Pressão Atuarial e Pontos de Alerta A equipe técnica destacou fatores que elevam o custo atuarial e exigem atenção estratégica:

Peso do Magistério: Quase metade da massa ativa (49,3%) é composta por professores, grupo que possui regras de aposentadoria precoces. Como este grupo é majoritariamente feminino, a pressão sobre o fundo é intensificada pela maior expectativa de vida.

Pico de Aposentadorias: As projeções indicam uma "onda" de aposentadorias entre os anos de **2048 e 2049**, com estimativa de mais de 80 novas concessões anuais, o que demandará reservas financeiras robustas.

7.3 Discussão de Possibilidades para o Equilíbrio Diante do déficit atuarial e do perfil da massa, o Conselho discutiu as diretrizes para garantir a sustentabilidade:

Rentabilidade dos Investimentos: Dada a baixa renovação de servidores, o sistema depende crucialmente de manter a rentabilidade acima da meta atuarial.

Políticas de Retenção (Abono de Permanência): Debateu-se a importância de incentivar o servidor elegível a permanecer na ativa (Carreira Estendida), transformando o abono de permanência em ferramenta de capitalização para adiar o fluxo de saídas.

Aportes e Plano de Custeio: Reforçou-se a necessidade de revisões periódicas das alíquotas e aportes patronais para cobrir o passivo atuarial projetado, garantindo que o CAPSIRATI possua liquidez para honrar os benefícios futuros.

8. COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E SOLUÇÕES PARA TELEFONIA

8.1 Relato de Incidente na Comunicação com o TCE-PR

A Diretoria Executiva informou aos Conselhos que o número de telefone celular institucional do CAPSIRATI foi desabilitado, o que gerou ruídos e dificuldades na comunicação oficial com o Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR). Atualmente, o contato externo via telefonia móvel está restrito exclusivamente ao aplicativo WhatsApp, o que compromete o fluxo de chamadas de voz e a prontidão no atendimento das demandas do órgão de controle.

8.2 Alternativas Propostas e Deliberação Visando restabelecer a plena capacidade de comunicação do Instituto, foram apresentadas e discutidas duas soluções:

Linha Fixa Municipal: A primeira opção consiste na solicitação de uma linha telefônica fixa, a ser cedida e instalada pela Prefeitura Municipal de Irati nas dependências do CAPSIRATI.

Contratação de Telefonia Móvel Própria: A segunda alternativa prevê a contratação direta, pelo próprio Instituto, de serviços de telefonia móvel corporativa, garantindo maior autonomia e agilidade na gestão da linha.

8.3 Decisão do Conselho Após debate entre os conselheiros sobre a urgência de regularizar o contato com o TCE-PR e com os segurados, o Conselho **aprovou a contratação de serviços de telefonia móvel pelo CAPSIRATI**. A Diretoria foi autorizada a proceder com os trâmites administrativos necessários para a contratação, visando o imediato restabelecimento do canal de voz institucional.

**CAPACITAÇÃO E CERTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DOS
CONSELHEIROS E EQUIPE**

Monitoramento dos Cursos de Certificação A Diretoria informou ao pleno que **16 integrantes**, entre conselheiros e membros da equipe de trabalho do CAPSIRATI, estão devidamente matriculados e participando de cursos de capacitação na modalidade *on-line*. O objetivo é a obtenção das certificações profissionais exigidas pela legislação previdenciária nacional para o exercício das funções de gestão e fiscalização.

Controle de Assiduidade e Relatórios de Presença Foi comunicado que o Instituto está recebendo regularmente os **relatórios de presença e aproveitamento** emitidos pela plataforma de ensino. Esses documentos são fundamentais para comprovar a efetiva participação dos matriculados e compor o processo de qualificação exigido pelos órgãos de controle, como o TCE-PR e a Secretaria de Regime Próprio de Previdência Social.

9.3 Alerta sobre o Prazo Regulamentar A Presidência reforçou um aviso importante a todos os participantes:

Prazo Limite: Os cursos possuem um cronograma rigoroso, e o prazo máximo para a conclusão das atividades e obtenção do certificado é de **seis meses**.

Recomendação: Solicitou-se que todos os alunos se atentem ao cronograma individual para evitar o vencimento do prazo, o que poderia acarretar a necessidade de nova matrícula e prejuízos à conformidade do Instituto perante o Pró-Gestão e o SRPPS.

MONITORAMENTO E TRATATIVAS DO ATIVO ESTRUTURADO (CARE 11)

10.1 Relato sobre a Situação do Fundo A Diretoria Executiva informou aos Conselhos que mantém monitoramento rigoroso sobre o fundo de investimento **CARE 11**, o qual apresenta atualmente desafios significativos

de liquidez e performance ("problema estrutural"). Diante do cenário de incerteza, o Instituto está buscando suporte técnico especializado para fundamentar as próximas decisões de desinvestimento ou manutenção.

10.2 Providências e Consultoria Técnica Foi informado que o CAPSIRATI solicitou um **parecer técnico à consultoria LEMA** para avaliar a viabilidade e os impactos de uma possível venda das cotas no mercado secundário. O objetivo é balizar a decisão da Comissão de Investimentos com dados que garantam a observância dos princípios de segurança e rentabilidade previstos na legislação.

10.3 Articulação com o TCE-PR e Gestão Compartilhada Como parte da estratégia de mitigação de riscos e transparência, a Diretoria comunicou os seguintes encaminhamentos:

Reunião com o Relator: Está sendo agendada uma audiência com o Conselheiro Relator do Tribunal de Contas do Estado do Paraná (TCE-PR), **Maurício Requião**, para tratar especificamente da situação deste ativo.

Ação Conjunta: A reunião contará com a participação de gestores de RPPS de municípios vizinhos, como **Palmeira e Fernandes Pinheiro**, que enfrentam situações similares com o mesmo fundo, visando uma solução coordenada perante o órgão de controle.

Cronograma: A previsão para a realização deste encontro e a definição dos próximos passos é para o mês de **abril de 2026**.

11. ENCERRAMENTO E DISPOSIÇÕES FINAIS

Nada mais havendo a tratar, a Presidência deu por encerrada a reunião, reforçando que todos os temas debatidos nesta data visam a transparência e a sustentabilidade do Regime Próprio de Previdência Social de Irati.

Fica registrado que todos os documentos citados e utilizados como base para as deliberações desta reunião — incluindo o **Relatório de Prestação de**

Contas 2026, os **Pareceres Técnicos do Comitê de Investimentos (nº 02 e 03/2026)**, os **resultados da Avaliação PCA do TCE-PR**, o **Informativo de Gestão**, o **Pré-projeto de Pesquisa Acadêmica**, as **projeções de Cálculo Atuarial**, o **Ofício nº 18/2026** e os **relatórios de presença dos cursos de certificação** — encontram-se devidamente **anexos à presente ata**, passando a fazer parte integrante do processo administrativo deste Instituto.

Também ficam arquivadas em anexo a **Lista de Presença** com a assinatura de todos os conselheiros e membros da equipe técnica presentes, bem como a via original desta **Ata Assinada**, disponível para consulta nos arquivos oficiais do CAPSIRATI.

Eu, Rozenilda Romaniw Bárbara, na qualidade de **Superintendente**, lavrei a presente ata que, após lida e considerada conforme, segue assinada pelos presentes.